

CONGRESSO NACIONAL

ANAI

DA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TERCEIRA SESSÃO DA PRIMEIRA LEGISLATURA

SESSÕES DE 1 A 31 DE AGOSTO DE 1893

VOLUME IV

RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1894

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ÍNDICE ¹

DOS

DISCURSOS PRONUNCIADOS NAS SESSÕES DO MÊS DE AGOSTO DE 1893

Adolpho Gordo:

Votação do projeto n. 135. Pág. 288.

Retificação. Pág. 479.

Explicação pessoal. Págs. 498 e 524.

Projeto n. 135. Pág. 752.

Alberto Brandão:

Projeto n. 194. Pág. 94.

Projeto n. 262. Pág. 283.

Alfredo Ellis:

Requerimento. Pág. 287.

Almeida Nogueira:

Projeto n. 194. Pág. 162.

Requerimento. Pág. 229.

Explicação. Pág. 642.

Redação do projeto n. 82 J. Pág. 835

Almino Affonso:

Alfandegamento do porto de Mossoró. Pág. 453

Votação do projeto n. 36 D. Pág. 528.

Projeto n. 237. Pág. 691.

Projeto n. 262. Pág. 891.

Álvaro Botelho:

Ata. Pág. 463.

Amorim Garcia:

Reclamação. Pág. 463.

Anfrísio Fialho:

Declaração. Pág. 703.

Antônio Azeredo:

Parecer n. 51. Pág. 744.

Projeto n. 206 B. Pág. 952.

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Antônio Olyntho:

Atas. Págs. 341 e 463.

Projeto n. 82 B. Pág. 350.

Arthur Rios:

Votação do projeto n. 82 A. Págs. 102 e 111.

Projeto n. 237. Pág. 659.

Parecer n. A. Pág. 749.

Assis Brasil:

Projeto n. 12 B. Pág. 491.

Explicação. Pág. 632.

Explicação pessoal. Pág. 639.

Augusto de Freitas:

Projeto n. 194 B. Pág. 318.

Projeto n. 12 B. Pág. 525.

Explicação pessoal. Pág. 636.

Augusto Severo:

Projeto n. 194B. Pág. 318.

Projeto de lei. Pág. 329.

Reclamação. Pág. 341.

Projeto n. 12 B. Pág. 489.

Reclamação. Pág. 621.

Belarmino Carneiro:

Redação do projeto n. 82 J. Pág. 831.

Belarmino de Mendonça:

Votação do projeto n. 82 A. Pág. 84 e 111.

Acontecimentos do Paraná. Pág. 115.

Reclamação. Pág. 123.

Projeto n. 194. Págs. 146 e 162.

Votação do projeto n. 194. Pág. 152.

Projeto n. 16 B. Pág. 217.

Urgência. Pág. 222.

Projeto n. 237. Pág. 691.

Benedito Leite:

Petição. Pág. 296.

Projeto. Pág. 937.

Bevilaqua:

Requerimento do Sr. Seabra. Pág. 2.

Projeto n. 108. Pág. 183.

Projeto n. 200 B. Pág. 951.

Caetano de Albuquerque:

Projeto n. 194. Pág. 125.

Projeto n. 66 B. Págs. 221 e 250.

Requerimento. Pág. 367.

Casimiro Junior:

Projeto n. 31 A. Pág. 90.

Questão de ordem. Pág. 224.

Projeto n. 66 B. Pág. 253.

Cassiano do Nascimento:

Morte do general Câmara. Pág. 465.

Explicação pessoal. Pág. 485.

Projeto n. 12 B. Pág. 498.

Chagas Lobato:

Projeto de lei. Pág. 26.

Projeto n. 66 B. Pág. 250.

Votação do projeto n. 262. Pág. 892.

Comunicação. Pág. 920.

Cincinato Braga:

Projeto n. 12 B. Pág. 522.

Explicação pessoal. Pág. 525.

Costa Machado:

Projeto n. 31 A. Pág. 92.

Demétrio Ribeiro:

Requerimento do Sr. Seabra. Pág. 12

Requerimento. Pág. 484.

Projeto n. 237. Pág. 694.

Parecer n. 237 A. Pág. 749.

Epitácio Pessoa:

Projeto de lei. Pág. 156.

Projeto n. 82 B. Pág. 341.

Projeto n. 12 C. Pág. 709.

Projeto n. 82 H. Pág. 725.

Erico Coelho:

Projeto n. 66 B. Pág. 217.

Votação do projeto n. 82 C. Págs. 900 e 991.

Espirito Santos:

Projeto n. 82 A. Pág. 16.

Indicação. Pág. 669.

Explicação Pág. 703.

Projeto n. 155. Pág. 721.

Ata. Pág. 743.

Projeto n. 262. Págs. 886 e 908.

Votação do projeto n. 137. Pág. 974.

Fileto Pires:

Projeto n. 233. Pág. 979.

Fleury Curado:

Petição. Pág. 330.

Projeto de lei. Pág. 481.

Fonseca Hermes:

Projeto n. 237. Pág. 666.

França Carvalho:

Questão de ordem. Pág. 223.

Explicação pessoal. Pág. 227.

Projeto n. 206. Pág. 364.

Projeto n. 12 B. Pág. 373.

Explicação pessoal. Pág. 416.

Explicação pessoal. Pág. 524.

Resposta ao Sr. Seabra. Pág. 902.

Francisco Glicério:

Requerimento do Sr. Seabra. Pág. 15.

Francisco de Mattos:

Reclamação Pág. 300.

Francisco Sodré:

Projeto n. 82 A. Pág. 20.

Froes da Cruz:

Projeto n. 12 B. Pág. 497.

Projeto n. 82 C. Pág. 709.

Redação do projeto n. 82 J. Págs. 831 e 834.

Inspetoria de Saúde dos Portos. Pág. 927.

Garcia Pires:

Requerimento do Sr. Seabra. Pág. 11.

Projeto n. 194. Pág. 113.

Henrique de Carvalho:

Reclamação. Pág. 267.

Explicação pessoal. Pág. 300.

Votação do projeto n. 136. Pág. 313

Hollanda Lima:

Requerimento do Sr. Seabra. Pág. 16.

Explicação. Pág. 641.

Homero Baptista:

Projeto n. 151. Pág. 131.

Reclamação. Pág. 190.

Parecer sobre as emendas ao projeto n. 39 A. Pág. 283.

Votação do projeto n. 135. Pág. 288.

Projeto n. 12 B. Pág. 311.

Projeto n. 237. Pág. 699.

Tabela de vencimentos. Pág. 855.

Jacques Ourique:

Projeto n. 31 A. Pág. 98.

Projeto n. 194. Pág. 101.

João de Siqueira:

Projeto n. 171. Pág. 356.

Requerimento. Pág. 485.

Projeto n. 237. Pág. 669.

Votação do projeto n. 206. Pág. 719.

Redação do projeto n. 82 J. Pág. 831.

Requerimento. Págs. 851 e 854.

Projeto n. 206 B. Págs. 952 e 954.

João Vieira:

Projeto do Código Penal. Pág. 532.

Redação do projeto n. 82 J. Pág. 838.

José Mariano:

Reclamação. Pág. 950.

Justiniano Serpa:

Requerimento do Sr. Seabra. Pág. 5.

Acontecimentos de Santa Catarina. Pág. 52.

Votação do projeto n. 82 A. Pág. 111.

Reclamação. Pág. 138.

Projeto n. 12 B. Pág. 180.

Indicação. Pág. 230.

Projeto n. 82 B. Pág. 305.

Lamounier Godofredo:

Projeto n. 194 B. Pág. 317.

Ementa. Pág. 432.

Lauro Muller:

Morte do general Câmara. Pág. 464.

Parecer n. 237 A. Pág. 751.

Votação do projeto n. 223 A. Pág. 848.

Retificação. Pág. 919.

Leopoldo Bulhões:

Projeto n. 39. Pág. 27.

Projeto n. 31 A. Pág. 92.

Questão de ordem. Pág. 223.

Projeto n. 237. Págs. 663 e 693.

Documentos. Pág. 773.

Requerimento do Sr. João de Siqueira. Pág. 854.

Leovigildo Filgueiras:

Parecer sobre as emendas ao projeto n. 39 A. Pág. 287.

Projeto n. 12 C. Pág. 710.

Luiz Domingues:

Projeto n. 151. Pág. 134.

Projeto de lei. Pág. 766.

Luiz Murat:

Projeto n. 233. Págs. 980 e 985.

Manoel Caetano:

Projeto n. 151. Pág. 134.

Projeto n. 108. Pág. 190.

Marciano de Magalhães:

Projeto de lei. Pág. 452.

Projeto n. 237. Pág. 696.

Martinho Rodrigues:

Explicação pessoal. Pág. 227.

Projeto n. 233. Pág. 622.

Parecer n. 51. Pág. 745.

Parecer n. 237 A. Pág. 750.

Matta Machado:

Explicação pessoal. Pág. 53.

Votação do projeto n. 194. Pág. 152.

Questão de ordem. Pág. 223.

Parecer sobre as emendas ao projeto n. 39 A. Pág. 284.

Mayrink:

Projeto n. 39. Pág. 68.

Projeto n. 135. Pág. 756.

Milton:

Projeto n. 215. Págs. 722 e 725

Montenegro:

Reclamação. Pág. 157.

Projeto 16 D. Pág. 163.

Questão de ordem. Pág. 223.

Projeto n. 199. Pág. 291.

Declaração de voto. Pág. 640.

Moraes e Barros:

Requerimento do Sr. João de Siqueira. Pág. 854.

Projeto n. 262. Pág. 913.

Necesio Tavares:

Projeto n. 215. Pág. 724.

Nilo Peçanha:

Explicação. Pág. 282.

Projeto n. 12 B. Pág. 342.

Projeto n. 82 B. Pág. 348.

Oiticica:

Votação do projeto n. 82 A. Pág. 104.

Explicações. Pág. 653.

Parecer n. 51. Pág. 746.

Projeto n. 262. Pág. 915.

Projeto n. 135. Pág. 922.

Reclamação. Pág. 950.

Projeto n. 206 B. Pág. 953.

Pacífico Mascarenhas:

Projeto n. 122. Pág. 265.

Projeto n. 237. Pág. 649.

Pedro Américo:

Reclamação. Págs. 232 e 322.

Pereira de Lyra:

Projeto n. 151. Pág. 136.

Projeto n. 12 B. Pág. 493.

Pires Ferreira:

Orçamento da guerra. Pág. 123.

Votação do projeto n. 223 A. Pág. 848.

Presidente. Págs. 103, 105, 111, 123, 125, 149, 190, 222, 253, 313, 373, 401, 485, 488, 527, 625, 654, 743, 885 e 900.

Retumba:

Projeto n. 206. Pág. 555.

Projeto n. 262. Pág. 916.

Rodolpho de Abreu:

Redação do projeto n. 82 J. Pág. 833.

Rosa e Silva:

Votação do projeto n. 194. Págs. 146 e 152.

Projeto n. 66 B. Pág. 253.

Parecer sobre as emendas ao projeto n. 39 A. Pág. 284.

Projeto n. 12 B. Pág. 373.

Explicação pessoal. Pág. 663.

Sá Andrade:

Reclamação. Pág. 228.

Projeto de lei. Pág. 330.

Santos Pereira:

Projeto n. 82 B. Pág. 344.

Projeto de lei. Pág. 606.

Projeto. Pág. 936.

Seabra:

Respondendo ao Sr. F. Glicério. Pág. 16.
Requerimento. Pág. 173.
Urgência. Pág. 247.
Explicação. Pág. 282.
Projeto n. 199. Pág. 295.
Ata. Pág. 521.
Explicação pessoal. Págs. 640 e 902.
Projeto n. 237. Pág. 657.
Negócios de Santa Catarina. Pág. 901.
Projeto n. 233. Pág. 980.
Expediente. Pág. 985.

Sebastião Medrado:

Ata. Pág. 463.

Severino Vieira:

Votação do projeto n. 82 A. Págs. 84 e 163.
Subsídio a senadores e deputados. Págs. 115 e 138.
Projeto n. 151. Pág. 134.
Projeto n. 156. Pág. 137.
Votação do projeto n. 194. Pág. 151.
Projeto de lei. Pág. 160.
Projeto n. 66 B. Pág. 250.
Projeto n. 136. Págs. 261 e 263.
Representação da companhia do gás. Pág. 267.
Requerimento. Pág. 314.
Defesa à comissão de orçamento. Pág. 669.
Parecer n. 51. Pág. 744.
Requerimento do Sr. João de Siqueira. Pág. 853.
Consulta. Pág. 884.
Projeto n. 82 C. Pág. 901.
Projeto n. 262. Pág. 916.

Thomaz Delfino:

Explicação. Pág. 112.
Projeto n. 136. Pág. 263.
Reclamação dos escrivães das delegacias urbanas. Pág. 853.

Torquato Moreira:

Projeto n. 66B. Pág. 247.
Projeto n. 237. Pág. 651.
Reclamação. Pág. 920.

Valladares:

Pergunta à Mesa. Pág. 530.

Valente de Novaes:

Projeto n. 237. Pág. 657.

Vinhaes:

Explicação pessoal. Pág. 220.

Zama:

Habeas-corpus aos prisioneiros do *Júpiter*. Pág. 268.

Projeto n. 12 B. Pág. 441.

Morte do general Câmara. Pág. 464.

Projeto n. 237. Pág. 691.

Projeto n. 233. Pág. 980.

ÍNDICE**DAS****MATÉRIAS CONTIDAS NO VOLUME DO MÊS DE AGOSTO DE 1893****Declarações:**

- Declaro que votei contra o projeto n. 160, concedendo crédito ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. – Montenegro. Pág. 120.

- Declaro que votei contra o aditivo ao decreto de 17 de dezembro, que autoriza a cobrança dos direitos em ouro.

Sala das sessões, 7 de agosto de 1893, - Garcia Pires.

- Declaro que votei contra o decreto n. 1167, de 17 de dezembro de 1892, e contra todas as emendas a ele oferecidas.

Sala das sessões, 7 de agosto de 1893. – Alexandre Slockler.

- Declaramos haver votado contra a emenda, que autoriza o governo a cobrar em ouro os direitos de importação.

Sala das sessões, 7 de agosto de 1893. – Américo Luz. – Lamounier Godofredo. – Álvaro Botelho. Pág. 161.

- Declaramos que votamos pela conversão dos lastros – ouro e apólices – depositados pelos bancos emissores em apólices papel de juro de 4%, destinando-se o juro para o resgate do papel bancário; pela indenização aos bancos regionais, que descaíram do direito de emitir, feita por conta do Banco da República do Brasil; pela diminuição do prazo de duração do Banco da República do Brasil de 60 a 20 anos; pela restrição da emissão de bônus à soma atualmente em circulação, impondo-se ao Banco da República do Brasil a obrigação de levar a debito de sua carteira comercial o empréstimo feito pela carteira de bônus ao Conselho Municipal da Capital Federal; pela revogação da lei n. 3263, de julho de 1885, que autoriza o governo a conceder auxílios aos bancos; pelo resgate do papel do Tesouro pelos meios legais em vigor, acrescentando-lhes a soma total da moeda cunhada por conta do governo.

Sala das sessões, 7 de agosto de 1893. – Ferreira Pires. – Homero Baptista. Pág. 169.

- Declaro que votei contra a urgência requerida pelo Sr. Deputado Seabra, para a primeira hora da sessão de amanhã.

Sala das sessões, 10 de agosto de 1893. – Severino Vieira. Pág. 278.

- Declaro que votei contra o substitutivo da comissão de orçamento ao projeto n. 136.

Sala das sessões, 14 de agosto de 1893. – Belarmino Carneiro.

- Declaramos que votamos contra o substitutivo da comissão de orçamento que nulificou o princípio da federação, retirando à administração municipal do Distrito Federal as suas rendas e os seus serviços.

Sala das sessões, 14 de agosto de 1893. – G. Pires. – Lopes Trovão.

- Declaro ter votado contra todas as emendas apresentadas hoje; bem como ter votado contra todos os projetos concedendo pensões.

Sala das sessões, 14 de agosto de 1893. – Antônio Olyntho. Pág. 339.

- Declaro ter votado a favor dos requerimentos de – votação nominal – sobre as indicações do adiamento das próximas eleições e bem assim contra todas as ditas indicações.

Sala das sessões, 22 de agosto de 1893. – José Bevilaqua.

- Votamos contra o adiamento das eleições federais, assim como estamos dispostos a votar a prorrogação da sessão legislativa, a fim de dotar o governo com a lei de orçamento.

Sala das sessões, 22 de agosto de 1893. – Erico Coelho. – Urbano Marcondes. – Mayrink. – Nelson de Vasconcelos. – Costa Machado. – Necesio Tavares. – Cincinato Braga. Pág. 647.

- Declaramos que se nos achássemos presentes à sessão de ontem, teríamos votado a favor da emenda do Sr. Arthur Rios e outros, referente ao adiamento das eleições para 30 de novembro próximo futuro.

S. R. – Sala das sessões, 23 de agosto de 1893. – J. Ouriques. – Lopes Trovão.

- Declaro ter votado contra a emenda dos Srs. Epitácio Pessoa e outros convertendo em internato o segundo externato do Ginásio Nacional.

Sala das sessões. 23 de agosto de 1893. – Adolpho Gordo. – Moraes e Barros. Pág. 690.

- Declaro que votei contra o projeto n. 223 B e todas as emendas e ele oferecidas.

Sala das sessões, 30 de agosto de 1893. – J. Retumba. Pág. 948.

- Declaramos que votamos contra a emenda do Senado ao projeto da Câmara dos Deputados, reorganizando o serviço dos correios, por não se observar nela a devida proporção nos vencimentos dos empregados do Correio do Amazonas, como se notava na tabela primitiva.

Sala das sessões, 31 de agosto de 1893. – Lima Bacury. – Salgado. – Fileto Pires.

- Declaramos que votamos contra o projeto n. 264, que concede ao executivo créditos na importância de 38.610:232\$022.

Sala das sessões, 31 de agosto de 1893. – Brásilio dos Santos. – J. Retumba.

- Declaramos que votamos contra todos os créditos extraordinários e suplementares pedidos pelo governo na importância de 38.610:232\$022.

Sala das sessões, 31 de agosto de 1893. – Domingos Rocha. – Lamounier Godofredo.

- Declaramos haver votado contra o projeto n. 264, deste ano, que autoriza ao Presidente da República a abrir no corrente exercício, para os serviços que menciona créditos na importância de 38.610:232\$022.

Sala das sessões, 31 de agosto de 1893. – Belarmino de Mendonça. – Luiz Murat. – Amorim Garcia. – Fleury Curado. – Seabra. – F. Simas. – Espirito Santo. – G. Pires. – Vigília Pessoa. – A. Fialho.

- Declaro ter votado pelo requerimento de votação nominal apresentado sobre os créditos do projeto n. 264, e bem assim ter votado por eles.

Sala das sessões, 31 de agosto de 1893. – José Bevilaqua.

- Declaramos ter votado a favor do projeto n. 264, deste ano.

Sala das sessões, 31 de agosto de 1893. – Gonçalves Ramos. – Chagas Lobato. – Costa Machado. Pág. 992.

Diploma:

Do Dr. Ayres de Albuquerque Bello, deputado eleito por Pernambuco. Pág. 321.

Indicações:

Indicamos que as comissões de constituição legislação e justiça, e de marinha e guerra apresentem com urgência em projeto de lei, no sentido de dar plena execução ao art. 34, n. 16, da Constituição da República.

Sala das sessões, 2 de agosto de 1893. – Demétrio Ribeiro. – J. de Serpa. – A. Barbosa. – F. Solon. – Jesuíno de Albuquerque. Lauro Muller. – F. Schmidt. – Carlos Campos. – Alfredo Ellis. – D. H. Lima. – Correia da Costa. – Espirito Santo. Pág. 27.

Indicamos que a comissão de legislação e justiça estude e formule, em projeto de lei, as providencias legislativas conducentes a fazer respeitar os preceitos constitucionais relativos à discriminação de rendas, na conformidade dos arts. 7º a 12 da Constituição, tendo em vista a incidência da União e dos Estados na faculdade de tributar, que se nota entre o art. 7º §1º e o art. 9º § 3º e a necessidade de evitar a tributação concorrente (salvas as hipóteses excepcionais que podem estar contidas na última destas disposições) e a que muitos Estados têm decretado e cobrado sob denominações disfarçadas contra disposições ali expressas.

Sala das sessões, 4 de agosto de 1893. – Belarmino de Mendonça. – Alberto Torres. – Pág. 115.

Indicamos que se modifique o regimento da casa, no sentido de poderem ser admitidos pela mesa e votados pela casa os pedidos de urgência, qualquer que seja a hora da sessão em que sejam formulados.

Sala das sessões, 9 de agosto de 1893. – J. de Serpa. – Martinho Rodrigues. – Belarmino do Mendonça. – Virgílio Pessoa. – J. Retumba. Pág. 232.

Indicamos para que se reforme o art. 58 do regimento interno no sentido de se poder abrir as sessões achando-se presentes no recinto deputados em número de um quarto.

Sala das sessões. – Montenegro. – Severino Vieira. Pág. 234.

Indico que se substitua a segunda parte do art. 129 pela seguinte:

As emendas adoptadas em 3º discussão passarão por mais uma discussão na sessão seguinte, com os artigos a que se referirem.

Nesta discussão não poderão ser oferecidas outras emendas, salvo de redação.

Sala das sessões, 11 de agosto de 1893. – Rosa e Silva. Pág. 287.

Indicamos que no regimento da Câmara sejam adoptadas disposições a respeito do serviço de permuta dos anais, os trabalhos legislativos com os dos parlamentos dos países estrangeiros.

Sala das sessões, 14 de agosto de 1893. – Erico Coelho. – F. Solon. – F. Sodrê. – Nilo Peçanha. – Costa Machado. – Carlos Chagas. Pág. 296.

Indico que a comissão de constituição legislação e justiça dê parecer sobre o seguinte:

Se qualquer lei posterior ao decreto n. 747 A de 4 de novembro de 1890, concedendo isenção de impostos, está sujeita na sua execução ás regras estabelecidas naquele decreto.

Sala das sessões, 11 de agosto de 1893. – Benedicto Leite. Pág. 299.

Indicamos que enquanto não forem votados definitivamente os projetos de leis orçamentarias e complementares, a Câmara não se ocupe de outros projetos oferecidos à sua deliberação, exceto aqueles que dependerem de aprovação de redação, em última discussão, a lei eleitoral, os projetos vindos do Senado e o projeto n. 58 A.

Sala das sessões, 16 de agosto de 1893. – Moraes Barros. – Antônio Clyntho. – Rodolpho Aben. – Nilo Peçanha. – Chagas Lobato. Leonel Filho. – Homero Baptista. Gabriel de Magalhães. – J. de Avelar. – Dutra Nicacio. – Costa Junior. – F. Schmidt. – Lauro Muller. – Alfredo Ellis. – Torquato Moreira. – Carlos das Chagas. – G. Ramos. Pág. 403.

Indicamos que as sessões noturnas sejam abertas desde que se achem presentes 53 Srs. Deputados, isto é, um quarto dos membros da Câmara.

Sala das sessões, 17 de agosto de 1893. – Alfredo Ellis. – José Avelino. – Moraes Barros. – Adolpho Gordo. – Paulino Carlos. – C. Novaes. – Carlos Chagas. – Rodolpho Abreu.

Indico que a comissão de constituição e legislação, estudando as disposições do capitulo 1º do Código Penal, declare com urgência, se as mesmas se reprimem, como jogo de azar, as apostas mútuas por meio de *poules*, sobre o jogo da pela, e que, caso julgue obscuro o

mentionado texto, proponha projeto interpretativo da verdadeira inteligência dessa da legislação criminal.

Sala das sessões, 18 de agosto de 193. – Almeida Nogueira. Pág. 464.

Indicamos que as sessões noturnas sejam abertas desde que se achem presentes 53 Srs. Deputados, isto é, um quarto dos membros da Câmara.

Sendo insuficientes para votação dos orçamentos os dias restantes da presente sessão, indico que a Câmara se constitua em sessão permanente para votação das leis de meios, evitando desta arte que o governo assuma a ditadura financeira.

Sala das sessões, 23 de agosto de 1893. – Espirito Santo.

Indicamos que as sessões diurnas da Câmara se possam prolongar até às nove horas da noite, sempre que for necessário para adiantar a discussão das leis orçamentarias.

Sala das sessões, 23 de agosto de 1893. – Severino Vieira. – L. de Bulhões. – Urbano Gouveia.

Mensagens:

- Srs. Membros do Congresso Nacional – O orçamento do Ministério da Marinha, para as despesas do atual exercício, concedeu às verbas – Corpo de marinheiros nacionais, (material) quota fardamento, trezentos e oitenta e cinco contos (385:000\$) e – munições navais – setecentos contos (700:000\$). Pelas inclusas demonstrações organizadas na Contadoria da Marinha, vê-se que será impossível ao respectivo ministro atender a todos os gastos das aludidas verbas, até o final do exercício, com tão exíguas quantias e por isso tendo em vista a discriminação das despesas constantes das referidas demonstrações, peço-vos a concessão do crédito de dois mil contos e setenta e um contos e treze mil setecentos e trinta e oito reis (2.14:113\$738), que deverá ser distribuído da seguinte forma:

Corpo de marinheiros nacionais (material e fardamento).

Capital Federal, 3 de agosto de 1893. – Floriano Peixoto. Pág. 114.

Capital Federal, 10 de agosto de 1893. – Floriano Peixoto. Pág. 321.

- Srs. Membros do Congresso Nacional:

Submete à vossa aprovação o tratamento de comércio e navegação firmado com o Peru, em 10 de outubro de 1891, a que se refere o incluso officio do ministério das relações exteriores, datado de 10 de corrente.

Capital Federal, 12 de agosto de 1893. – Floriano Peixoto. Pág. 322.

Offícios:

Do Sr. 1º secretário do Senado de 1 de agosto, comunicando que, por officio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 28 do mês próximo passado, foi devolvido àquela câmara o autógrafo sancionado da resolução do Congresso Nacional, concedendo a Manoel de Mello Mattos, escravidão do Juiz Seccional, no estado da Bahia, seis meses de licença, em prorrogação.

Do mesmo senhor, de igual data, comunicando que aquela câmara enviou à sanção os autógrafos das resoluções do Congresso Nacional, convertendo em ordenado – a diária – Jornal e gratificação, que recebe a mestrança do Arsenal de Guerra da Capital Federal; concedendo a José Alves de Carvalho, chefe de secção da contabilidade da Casa de Correção, um ano de licença, sem vencimentos; e declarando que a reforma concedida ao Capitão Antônio Galdino Travassos Alves deve ser considerada no posto de major com a graduação de tenente-coronel.

Do mesmo senhor, de 2 do corrente, comunicando que aquela câmara enviou à sanção do Sr. Presidente da República os autógrafos da resolução do Congresso Nacional que autoriza o Poder Executivo a elevar a pensão concedida, por decreto de 22 de fevereiro de 1890, do governo provisório, a D. Maria Gertrudes da Motta Vieira da Silva (Viscondessa Vieira da Silva), repartidamente com sua filha D. Helena Vieira da Silva. Pág. 85.

Do mesmo senhor, de 1 do corrente, comunicando que aquela câmara enviou à sanção os autógrafos do decreto do Congresso Nacional que estabelece a divisão dos distritos eleitorais.

Do mesmo senhor, de 2 do corrente, comunicando que aquela câmara enviou à sanção os autógrafos do decreto do Congresso Nacional que autoriza o Poder Executivo a isentar de direitos aduaneiros cinco altares, pertenças e imagens destinadas à matriz da freguesia da Lagoa.

Do mesmo senhor, de igual data, comunicando que aquela câmara enviou à sanção a resolução do Congresso Nacional que autoriza o Poder Executivo a conceder à D. Thereza Florentina de Cantalice uma pensão mensal equivalente ao meio soldo da patente de seu falecido marido, segundo a tabela atual.

Do mesmo senhor, de igual data, comunicando que aquela câmara enviou à sanção a resolução do Congresso Nacional, mandando reintegrar no posto de fiel de 1º classe da armada nacional, com direito ao Asilo de Inválidos da Pátria, o ex-fiel Theodomiro da Gama. Pág. 86.

Do mesmo senhor, datado de hoje, comunicando que aquela câmara enviou à sanção os autógrafos do decreto do Congresso Nacional, que reverte a D. Herundina Maria Ferreira Cavalcante, filha do major do exército Pedro Affonso Ferreira, o meio soldo e pensão que então percebia sua mãe, viúva daquele oficial, D. Virginia Fernandes Ferreira. Inteirada.

Do mesmo senhor, de igual data, o projeto daquela câmara, autorizando o governo a conceder licença por um ano, sem vencimentos a Manoel Marques Perdigão, vedor da Casa de Correção da Capital Federal, para tratar de sua saúde onde lhe convier. Pág. 114.

Do mesmo senhor, datado de hoje, devolvendo a proposição desta câmara, acompanhada dos respectivos documentos, que melhora a reforma do capitão de fragata Faustino Martins Bastos, dando-lhe a efetividade do posto em que se acha; proposição a que o Senado não pôde dar o seu consentimento. Pág. 137.

Do mesmo senhor, datado de ontem, comunicando que aquela câmara enviou à seção os autógrafos do decreto do Congresso Nacional, autorizando o Poder Executivo a abrir um crédito de 12:317\$174 à verba – Socorros Públicos – no exercício de 1891, com o tratamento de indigentes atacados de moléstias epidêmicas no estado de Santa Catarina e outros de 2:000\$, para pagamento dos vencimentos do continuo da Secretaria da Câmara dos Deputados, Luiz Ferreira de Barros, no exercício de 1893. Pág. 171.

Do mesmo senhor, de 7 do corrente, remetendo-a emenda substitutiva à proposição desta câmara reorganizando o serviço do Correio Federal. Pág. 229.

Do mesmo senhor, de 9 do corrente, comunicando que, por ofício do Ministério da Guerra, de 5 do mesmo mês, foram restituídos aquela câmara, sancionados, os autógrafos das resoluções do Congresso Nacional, convertendo em ordenado a diária da mestrança do Arsenal de Guerra e declarando que a reforma concedida ao capitão Antônio Galdino Travassos Alves deve ser considerada no posto de major com a respectiva graduação de tenente-coronel. Pág. 266.

Do mesmo senhor, datado de hoje, comunicando que com ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 5 do mesmo mês, foi devolvido aquela Câmara, sancionado, um dos autógrafos da resolução do Congresso Nacional, concedendo um ano de licença a José Alves de Carvalho, chefe de secção da Contadoria da Casa da Correção desta Capital. Pág. 266.

Do mesmo senhor, datado de hoje, devolvendo, com emendas, a proposição desta Câmara, que fixa a despesa do Ministério da Marinha para o exercício de 1894.

Do mesmo senhor, de igual data, remetendo-o projeto daquela Câmara, que considera anistiadas todas as pessoas implicadas nos movimentos revolucionários que deram lugar a deposições de autoridade no estado de Santa Catarina. Pág. 296.

Do mesmo senhor, de 12 do corrente, devolvendo a proposição desta Câmara, autorizando o governo a contratar com F. Donker a construção de uma estrada de ferro da Capital Federal a Entre Rios, e à qual o Senado não deu o assentimento. Pág. 321.

Do Sr. 1º secretário do Senado, datado de hoje, comunicando que, com ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, foi restituído aquela Câmara, com a devida sanção um dos autógrafos do decreto do Congresso Nacional que autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos: de 12:317\$174 para pagamento das despesas feitas, por conta da verba – Socorros públicos – do exercício de 1891, com o tratamento de indigentes atacados de moléstias epidêmicas no estado de Santa Catarina; e de 2:000\$ para o dos vencimentos a que tem direito, durante o exercício de 1893, o continuo da Secretaria desta Câmara Luiz Ferreira de Barros. Pág. 448.

Do mesmo senhor, datado de hoje, remetendo-o projeto daquela Câmara, que eleva à categoria de alfandega a mesa de rendas de Caravelas, no estado da Bahia.

Do mesmo senhor, de 17 do corrente, comunicando que aquela Câmara enviou à seção os autógrafos do decreto do Congresso Nacional, autorizando o governo a abrir um crédito suplementar de 18:480\$, para aumento dos vencimentos dos remadores e patrões das capitanias dos portos da República, no corrente exercício.

Do mesmo senhor, datado de hoje, comunicando que aquela Câmara enviou à sanção os autógrafos da resolução do Congresso Nacional, concedendo ao Dr. João Evangelista de Castro Cerqueira, lente de química orgânica e biológica da Faculdade de Medicina da Bahia, um ano de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier. Pág. 464.

Do mesmo senhor, de 19 do corrente, devolvendo a proposição desta Câmara concedendo a D. Leonilla Octavina de Menezes e Souza a reversão em seu favor da pensão de 60\$ mensais, que percebia seu finado marido, capitão do exército Luiz Francisco de Souza; proposição a que o Senado não pode dar o seu assentimento.

Do mesmo senhor, de igual data, remetendo-o projeto daquela Câmara que concede ao bacharel Augusto Netto de Mendonça, juiz substituto seccional no estado de Santa Catarina, licença para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Do mesmo senhor, de igual data, comunicando que aquela Câmara adoptou e enviou à sanção a resolução do Congresso Nacional que autoriza o Poder Executivo a contar ao capitão de fragata Pedro Nolasco Pereira Cunha como de embarque o tempo em que comandou a galeota 15 de novembro. Pág. 532.

Do mesmo senhor, datado de hoje, comunicando que, com ofício do Ministério da Fazenda, foi devolvido aquela Câmara já sancionado, um dos autógrafos da resolução do Congresso Nacional, que revelou a D. Carolina Luiza de Oliveira Pinto, viúva do tenente reformado José Carlos Pereira Pinto, a prescrição em que incorreu, para o recebimento do meio soldo. Pág. 641.

Do mesmo senhor, de 22 do corrente, comunicando que aquela Câmara enviou à sanção os autógrafos da resolução do Congresso Nacional concedendo a D. Henriqueta Carneiro de Mendonça Faure, viúva do Dr. Antiocho dos Santos Faure, viúva do Dr. Antiocho dos Santos Faure, a pensão de 200\$ mensais, incluindo-se nela o meio soldo que ora percebe.

Do mesmo senhor, de igual data, comunicando que aquela Câmara adoptou e enviou à sanção a proposição desta Câmara, que autoriza o governo a abrir no corrente exercício um crédito suplementar de 955:125\$106 para diversas obras do Ministério da Justiça e Negócios interiores. Pág. 668.

Do mesmo senhor, de igual data, comunicando que aquela Câmara adoptou e enviou à sanção a proposição desta Câmara adoptou e enviou à seção a proposição desta Câmara, relativa à contagem do tempo para a jubilação da professora da 2ª escola pública da freguesia do Engenho Velho, da Capital Federal, D. Maria Thomazia de Oliveira Silva. Pág. 668.

Do mesmo senhor de igual data, remetendo-o projeto daquela Câmara autorizando o governo a melhorar a reforma do 1º tenente da armada, Camillo de Lellis Silva. Pág. 668.

Do mesmo senhor, de 23 do corrente, remetendo, com emenda o projeto dispondo sobre títulos ao portador.

Do mesmo senhor, de igual data, remetendo-o projeto daquela Câmara mandando contar tempo de serviço à lente da Faculdade de Medicina desta capital Dr. João Damasceno Peçanha.

Do mesmo senhor, datado de ontem, remetendo, com emendas, a proposição desta Câmara abrindo um crédito de 1.200:000\$, para dar cumprimento à lei n. 120, de 8 de novembro de 1892.

Do mesmo senhor, de 23 corrente, comunicando que aquela Câmara enviou à sanção os autógrafos da resolução do Congresso Nacional autorizando o governo a prorrogar por seis meses, sem ordenado, para tratar de sua saúde, a licença do Dr. Henrique Autran da Matta e Albuquerque.

Do mesmo senhor, de igual data, remetendo-o projeto daquela Câmara, regulando a sucessão dos herdeiros para recebimento de montepio militar.

Do mesmo senhor, de igual data, remetendo-o projeto daquela Câmara, regulando a sucessão dos herdeiros para recebimento de montepio militar.

Do mesmo senhor, de igual data, remetendo-o projeto daquela Câmara, aprovando com modificações o código das disposições comuns às instituições de ensino superior, decretado pelo governo, sob n. 1159, de 3 de dezembro de 1892.

Do mesmo senhor, de igual data, remetendo o projeto, dispondo que a aprovação no exame de madureza ou o título de bacharel em ciência se letras, dada por instituições, a que se refere o decreto n. 1194, de 28 de dezembro de 1892, habilita à matrícula nos estabelecimentos de ensino superior da República.

Do mesmo senhor, de igual data, remetendo-o projeto daquela Câmara modificando o decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, que organizou a justiça federal. Pág. 765.

Do mesmo senhor, de igual data, comunicando que aquela Câmara enviou à seção a proposição desta Câmara, que transfere para Maria Eurídice de Araujo Neves a pensão de 21\$700 mensais, que sua falecida mãe Carolina Leopoldina de Araujo Neves recebia do Estado, em virtude de lei n. 2388, de 3 de setembro de 1873. Pág. 851.

Do mesmo senhor, de 28 do corrente, remetendo-a proposição desta Câmara que concede à viúva do desembargador José Manoel de Freitas uma pensão de 3:600\$, repartidamente com suas filhas; proposição a que o Senado não pôde dar o seu consentimento.

Do mesmo senhor, datado de hoje, comunicando que, por ofícios do Ministério da Marinha, foram restituídos aquela Câmara, com a devida, um de cada um dos autógrafos das resoluções do Congresso Nacional, autorizando o governo a abrir no corrente exercício, um crédito suplementar de 18:480\$, para aumento dos vencimentos dos remadores e patrões das capitâneas dos portos, e a contar ao capitão de fragata Pedro Nolasco Pereira da Cunha, como de embarque, o tempo em que comandou a galeota Quinze de Novembro. Pág. 901.

Do mesmo senhor de 30 do corrente, remetendo a proposição e emendas daquela Câmara, relativas ao orçamento da despesa do Ministério da Marinha, para o exercício de 1894; igualmente, comunicando que aquela Câmara referente as suas emendas aos §§ 2º e 17 do art. 1º.

Do mesmo senhor, de igual data, devolvendo a proposição desta Câmara, que fixa a despesa do Ministério da Guerra para o exercício de 1894, a qual foi aprovada por aquela Câmara.

Do mesmo senhor, de igual data, devolvendo a proposição desta Câmara e emendas daquela, relativas à despesa do Ministério das Relações Exteriores para o exercício de 1894; igualmente, comunicando que aquela Câmara conformou-se com a deliberação desta Câmara sobre as referidas emendas. Pág. 965.

DOS MINISTÉRIOS

Do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 29 do próximo findo, informando, segundo requisição desta Câmara, sobre as ocorrências do dia 11 do mesmo mês, na rua do Ouvidor.

Do Ministério dos Negócios da Marinha de 28 do mês próximo findo, remetendo informado, o requerimento em que os mestres e contramestres das oficinas do Arsenal de Marinha pedem que lhes mande contar para os efeitos da aposentadoria o tempo em que serviram como operários. Pág. 2.

Do mesmo ministério, do 22 do corrente, remetendo, segundo requisição desta Câmara, as informações prestadas com referência ao requerimento de D. Virginia Januária da Silveira Soares, para obter o meio solto e montepio instituindo por seu Manoel José da Silveira.

Do Ministério dos Negócios da Marinha, de 21 do corrente, remetendo, segundo a requisição desta Câmara, em original, todas as informações relativas ao pedido da pensão, feito pelo aprendiz do Arsenal de Marinha de Pernambuco Antônio Ignácio Barbosa Junior.

Do Ministério dos Negócios da Guerra, de igual data, remetendo-os papeis em que o Justiniano Cezar Jacobina pese ao Congresso Nacional que o mande considerar para todos os efeitos, com o curso da arma de infantaria e cavalaria desde 9 de dezembro de 1886 Pág. 668.

Do Ministério da Justiça e Negócios Interiores de 23 do corrente, remetendo os papéis em que Maria Azeredo dos Santos, viúva de Manoel Rodrigues dos Santos, pede a reversão, em seu benefício, da pensão de sessenta mil réis mensais, concedida pelo Ex-Imperador a seu marido e que continuou a ser paga pela União, em virtude do decreto do governo provisório de 19 de novembro de 1889.

Do Ministério dos Negócios da Marinha, de igual data, remetendo, segundo requisição desta Câmara, cópia do ofício do Quartel General informando o requerimento, em que D. Maria de Mesquita Ribeiro pede uma pensão. Pág. 705.

Do Ministério dos Negócios da Marinha de igual data, remetendo-o requerimento em que Antônio Lopes Branco, patrão-mor da capitania do porto do estado do Rio Grande do Sul, pede para continuar a perceber seu soldo, na importância de 56\$666 mensais, como guardião que foi do quadro dos oficiais marinheiros.

Do mesmo ministério, de 24 do corrente, remetendo cópia das informações prestadas pela inspeção do Arsenal de Marinha do estado do Pará, sobre o requerimento dos empregados da administração do mesmo arsenal.

Do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de 24 do corrente, comunicando haver inteirado ao governador de Pernambuco ter esta Câmara reconhecido deputado o cidadão Ayres de Albuquerque Bello. Pág. 766.

Do Ministério da Fazenda, de 26 do corrente, remetendo, por cópia, o mapa organizando pela alfandega desta capital, demonstrativo da importância dos direitos relativos as mercadorias que a Companhia Luz Stear anualmente podia despachar livres, durante o prazo de três anos, assim como das que despachou em virtude daquela concessão. – A quem fez a requisição. Pág. 901.

DE DIVERSAS PROCEDÊNCIAS

Dos Srs. José Bevilaqua e outros, sobre o Liceu de Artes e Ofícios. Pág. 86.

Do Sr. Deputado José Augusto Vinhaes, de 10 do corrente, confirmando a renúncia do seu mandato. Pág. 321.

Do presidente do Estado de São Paulo, de 8 do corrente, transmitindo cópia autêntica de uma indicação aprovada pelo Senado daquele Estado, relativa a conveniência de decretar-se a reforma do Código Penal, na parte referente as penas de prisão celular, até ao máximo de seis meses, pedindo a sua conversão em lei.

Do inspetor da Alfândega do Ceará, de 27 do próximo passado, remetendo-a petição, em que empregados dessa repartição pedem melhoria de vencimentos, etc.

Do governador do Estado de Goiás, de 25 do próximo passado, transmitindo cópia da lei n. 28, estabelecendo o processo sobre venda de terras devolutas, pertencentes aquele Estado, a qual, estando de acordo com o art. 63 da Constituição Federal, promulgou. Pág. 322.

Do governador do Estado de Goiás, de 31 de julho do corrente ano, transmitindo cópias dos autógrafos das leis sob ns. 29 a 35, de 28 desse mesmo mês, decretadas pela Câmara dos Deputados daquele Estado; as quais foram promulgadas. Pág. 448.

Do Sr. Deputado Pedro Américo de Figueiredo, de 27 do corrente, solicitando licença para retirar-se desta Capital, pelos motivos justos e imperiosos que alega. Pág. 851.

Do Sr. Deputado Alexandre Cassiano do Nascimento, datado de hoje, participando que deixa de comparecer às sessões por haver falecido seu pai, na cidade de Pelotas. Pág. 901.

Pareceres:

- N. 12C – Redação do projeto n. 12 B, deste ano, que prove sobre alistamento eleitoral para as eleições federais e revoga o art. 2º da lei n. 69 de 1 de agosto de 1892. Pág. 677.
- N. 16 C – Orçamento das Relações Exteriores. Pág. 116.
- N. 16 D – Emendas do Senado ao projeto da Câmara dos Deputados n. 16 C, deste ano, que fixa a despesa do Ministério das Relações Exteriores para o exercício de 1894. Pág. 116.
- N. 31 B – Redação para 3º discussão do projeto n. 31 A. Pág. 268.
- N. 31 C – Tribunal de Contas. Pág. 418.
- N. 32 B – Redação do projeto n. 32 B, deste ano, que regula o processo da eleição do Presidente e Vice-Presidente da República. Pág. 678.
- N. 32 C – Emendas do Senado à proposição da Câmara dos Deputados n. 32 B, de 1893, que regula a apuração da eleição do Presidente e Vice-Presidente da República. Pág. 613.
- N. 39 B – Parecer sobre as emendas aprovadas em 3º discussão do projeto n. 39 A, deste ano que dispõe sobre o decreto n. 1167 de 17 de dezembro de 1892 e dá providências sobre emissões bancárias. Pág. 235.
- N. 39 D – Redação final do projeto n. 39 C, deste ano que dispõe sobre o decreto n. 1167, de 17 de dezembro de 1892, e dá providências sobre emissões bancárias. Pág. 403.
- N. 45, de 1893 – Por nada haver que deferir, manda arquivar o requerimento em que D. Margarida Ribeiro dos Santos Braga, filha do alferes reformado do exército João Ribeiro dos Santos, pede o meio soldo a que tem direito. Pág. 236.
- N. 46 – Opina no sentido de ser ouvida a comissão de orçamento sobre a proposta de C. Iulgen, da Dinamarca, para o estabelecimento de uma linha de vapores entre o porto do Rio de Janeiro e os de S. Petersburgo, Hango, Copenhagen, Gothemburgo e Christiana. Pág. 300.
- N. 46 A, de 1893 – Dispõe sobre locação de serviços rurais ou não. Pág. 54.
- N. 47 – Indefere o requerimento de João Francisco da Costa, telegrafista aposentado, pedindo melhoramento de aposentadoria. Pág. 466.
- N. 52 B – Redação para 3ª discussão do substitutivo ao projeto n. 58, deste ano, que fixa o subsídio e a ajuda de custo a que têm direito os senadores e deputados na próxima legislatura. Pág. 946.
- N. 54 A de 1893 – Opina no sentido de não ser aprovado o projeto que regula a aposentadoria dos magistrados de que trata o art. 6º das disposições transitórias da Constituição Federal. Pág. 54.
- N. 66 C – Redação do projeto n. 66B, deste ano, que mantém em sua plenitude o direito conferido aos estados pelo art. 64 da Constituição sobre as terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios e dá outras providências. Pág. 405.
- N. 66 D – Redação do aditivo destacado do projeto n. 66 B, deste ano, que declara continuar a ter o destino a que estão servindo os próprios nacionais que, por lei do antigo regime, foram entregues à Santa Casa de Misericórdia do Recife, com o encargo de encolhimento e educação de órfãos e desamparados, etc., etc. Pág. 405.
- N. 76 A – Pensão à viúva do Dr. José Firmino Velez. Pág. 140.
- N. 58 A – Fixa o subsidio e ajuda de custo a que têm direito os senadores e deputados na próxima legislatura. Pág. 300.

- N. 82 B – Redação para 3º discussão das emendas feitas e aprovadas pela Câmara dos Deputados a proposta do governo, que fixa a despesa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894. Pág. 236.
- N. 82 C – Redação para 3º discussão do aditivo destacado em 2ª discussão do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894, que autoriza o governo a organizar, sob a denominação de Instituto Sanitário Federal o serviço sanitário terrestre compreendendo o Laboratório Bacteriológico e hospitais de isolamento. Pág. 240.
- N. 82 C 2 – Emendas ao orçamento interino. Pág. 865.
- N. 82 D – Redação para 3º discussão do aditivo destacado em 2ª discussão do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894. Autorizando a reforma do pessoal do Arquivo Público. Pág. 240.
- N. 82 E – Redação para 3ª discussão do aditivo destacado em 2ª discussão do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894, que declara que enquanto se mantiver superior ou igual ao número das seções das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e número de lentes substitutas, não poderá haver nomeação de lentes substitutos nas referidas faculdades. Pág. 241.
- N. 82 F – Redação para a 3º discussão do aditivo destacado em 2º discussão do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894 que determina que fiquem sobre a jurisdição do Instituto Sanitário Federal os serviços da Estação Central de Desinfecção. Pág. 241.
- N. 82 G – Redação para 3ª discussão do aditivo destacado em 2º discussão do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894, que manda regular pela tabela anexa o pessoal e os vencimentos da Inspetoria Geral da Saúde dos Portos. Pág. 241.
- N. 82 D 2 – Parecer sobre emendas oferecidas em 3ª discussão do aditivo destacado do aditivo do projeto de orçamento das despesas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o exercício de 1894, autorizando a reforma do pessoal do Arquivo Público. Pág. 866.
- N. 82 G 2 – Parecer sobre emendas oferecidas em 3º discussão do aditivo destacado em 2ª discussão do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894, que manda regular pela tabela anexa o pessoal e os vencimentos da Inspetoria Geral de Saúde dos Portos. Pág. 867.
- N. 82 G 3 – Redação do projeto n. 82 C, de 1883, aditivo destacado do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para o exercício de 1894, que autoriza o governo a organizar sob a denominação de Instituto Sanitário Federal, o serviço sanitário terrestre, compreendendo o Laboratório Bacteriológico e hospitais de isolamento. Pág. 944.
- N. 82 H – Redação para 3ª discussão do aditivo destacado em 2ª discussão do orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894, que considera em disponibilidade para o efeito de receberem os ordenados garantidos pelo art. 6º das disposições transitórias da Constituição os juizes de direito Augusto Carlos de Amorim Garcia, Ernesto Augusto da Silva Freire e José Cavalcanti de Arruda Camara. Pág. 242.
- N. 82 I – Parecer sobre as emendas oferecidas em 3º discussão do projeto que fixa a despesa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894. Pág. 513.
- N. 82 J, de 1893 – Redação das emendas feitas e aprovadas pela Câmara dos Deputados à proposta do governo que fixa a despesa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894. Pág. 784.
- N. 82 J 2 – Redação das emendas feitas e aprovadas pela Câmara dos Deputados à proposta do governo que fixa a despesa do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o exercício de 1894. Pág. 856.
- N. 86 A, de 1893 – Concede à Sociedade Propagadora das Belas Artes, além de outros favores, um auxílio de 100:000\$ para as obras de reconstrução do Liceu de Artes e Ofícios, eleva a 100:000\$ a subvenção anual que a mesma sociedade recebe. Pág. 56.

- N. 96 A – Opina no sentido de ser rejeitada a emenda substitutiva do Sr. Índio do Brasil ao projeto n. 96 deste ano, sobre dispensa da clausula de embarque aos oficiais superiores das classes anexas da armada, para o acesso aos postos seguintes. Pág. 614.
- N. 99 B – Redação para 3º discussão da emenda da Câmara dos Deputados ao projeto do Senado sob. O n. 99, deste ano, que amplia a organização da procuradoria da República e Fazenda Federal. Pág. 334.
- N. 103 A – Pensão à D. Georgina Cochrane de Alencar. Pág. 161.
- N. 104 A – Redação do Projeto n. 104, deste ano, dispondo que seja acrescida pelas linhas complementares que indica a rede estratégica de vias férreas federais existentes no Rio Grande do Sul, e dá outras providencias. Pág. 468.
- N. 108 A – Julga não dever ser adotado o projeto n. 108, deste ano, declarando nulo o decreto de 15 de outubro de 1890 que concedeu diversos favores a Manoel Gomes da Costa Figueiredo, bem como toda e qualquer isenção de direitos a fábricas de velas. Pág. 614.
- N. 125 A de 1893 – Licença a Antônio da Silva Netto. Pág. 88.
- N. 120 A – Manda pagar a pensão de 120\$ mensais concedida a D. Maria Augusta Ferreira de Souza, viúva do brigadeiro Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, desde a data do falecimento de seu marido. Pág. 116.
- N. 133 – Substitui o projeto n. 133 deste ano, que uniformiza os vencimentos dos empregados das Secretarias de Estado por este que equipara os vencimentos dos empregados do Tesouro Nacional aos dos empregados das mesmas secretarias. Pág. 679.
- N. 135 – Redação para a 3º discussão do projeto n. 135, que autoriza o governo a rever, desde já, o atual regimento das custas judiciárias, de acordo com as bases que propões. Pág. 336.
- N. 136 C - Redação para 3º discussão do projeto n. 136 A, deste ano, que determina que o Distrito Federal contribua com metade das despesas com os serviços de justiça, policia, corpo de bombeiros, iluminação e esgotos. Pág. 141.
- N. 136 D – Redação do projeto n. 136, deste ano, que manda incluir no orçamento da receita da União as taxas de concessão de penas de água e os impostos de transmissão de propriedade e de indústrias e profissões no Distrito Federal com destino às despesas com os serviços da justiça, polícia, Corpo de Bombeiros e abastecimento de água do mesmo distrito, até que seja este elevado a estado federado, e dá outras providências. Pág. 336.
- N. 138 A – Sociedade anônima. Pág. 824.
- N. 143 – Redação para 3º discussão do projeto n. 143 B, deste ano, que autoriza o governo a abrir desde já, um crédito suplementar à verba – Eventuais – do orçamento do ministério da marinha, para ocorrer às despesas motivadas pelo naufrágio do cruzador Almirante Barroso e outros serviços da mesma verba. Pág. 886.
- N. 148 A – Concede a D. Carolina Maria de Jesus, mãe do tenente de voluntários da pátria Deocleciano José de Azevedo, a pensão anual de 800\$000. Pág. 301.
- N. 149 A – Pensão a favor da viúva e filhos do desembargador Antônio Lins Affonso de Carvalho. Pág. 88.
- N. 150 A – Concede uma pensão anual de 3:000\$ a D. Maria Carolina de Araujo Gondin, viúva de Antônio José Duarte de Araujo Gondin. Pág. 117.
- N. 154 A – Redação final do projeto n. 118 C de 1892, que reorganiza o serviço da Repartição Geral dos Telégrafos e altera o respectivo regulamento, de acordo com as emendas do Senado. Pág. 467.
- N. 163 A – Cria nesta cidade um instituto comercial e lhe dá organização. Pág. 687.
- N. 171 – Redação para terceira discussão do projeto n. 171, deste ano, que autoriza o governo a abrir um crédito suplementar de 1.029:300\$ diversas rubricas do orçamento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Pág. 987.
- N. 171 A – Parecer sobre emendas oferecidas em 2º discussão do projeto n. 171 deste ano, autorizando o governo a abrir um crédito suplementar de 1.029:300\$ às rubricas – Secretarias de Estado, Eventuais, Terras Públicas e Colonização, Auxílios à Agricultura e

Engenhos Centrais – do orçamento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (2º discussão). Pág. 902.

- N. 192 C – Redação para 3º discussão do aditivo destacado do orçamento da despesa do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, em 2º discussão, mandando executar diversas obras na Estrada de Ferro Central do Brasil. Pág. 773.
- N. 194 A – Parecer da comissão do orçamento sobre as emendas oferecidas em 2º discussão do projeto que fixa a despesa do Ministério da Guerra para o exercício de 1894. Págs. 194 e 455.
- N. 194 B – Redação para 3º discussão do projeto n. 194, do corrente, que fixa a despesa do Ministério da Guerra para o exercício de 1894, de conformidade com o vencido em 2ª discussão. Pág. 301.
- N. 194 C – Parecer sobre emendas oferecidas na 3º discussão, do projeto n. 194 B, deste ano, que fixa a despesa do Ministério da Guerra para o exercício de 1894. Pág. 405.
- N. 194 E – Aditivo desta data em 3º discussão do orçamento da despesa do Ministério da Guerra, determinando que o governo em pregará os oficiais e praças do exército no estudo e construção da estrada de ferro do Catalão a Cuiabá. Pág. 466.
- N. 197 A – Autoriza o governo a aumentar de mais 30% não só os vencimentos dos mestres, contramestres e operários dos Arsenais de Marinha da Republica, compreendidos os empregados civis, como os dos empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil. Pág. 459.
- N. 199 B – Redação para 3º discussão do projeto n. 199, deste ano, que autoriza o governo a abrir um crédito suplementar, para ajuda de custo do regresso da missão da China e outras despesas de natureza extraordinária. Pág. 987.
- N. 206 A – Parecer sobre as emendas oferecidas na 2º discussão do projeto que fixa a despesa do Ministério da Fazenda para o exercício de 1894. Pág. 469.
- N. 214 de 1893 – Autoriza o Poder Executivo a entrar em acordo com Silvestre de Magalhães e a Baronesa de Villa Maria e outros no sentido de liquidar, com a responsabilidade da União, os títulos de dívida que receberam do Paraguai depois da guerra entre aquele país e o nosso. Pág. 119.
- N. 223 A – Concede desde já anistia a todas as pessoas direta ou indiretamente implicadas nos movimentos revolucionários, que deram lugar às deposições de autoridades no estado de Santa Catarina, durante os meses de julho e agosto do corrente ano. Pág. 409.
- N. 223 C – Redação da Emenda apresentada em 3º discussão, do projeto n. 223, deste ano, do Senado, que concede anistia, desde já, aos implicados nos movimentos revolucionários de Santa Catarina. Pág. 946.
- N. 223 D - redação da emenda apresentada em 3ª discussão do projeto n. 223 deste ano, do Senado, que concede anistia, desde já, aos implicados nos movimentos revolucionários de Santa Catarina. Pág. 946.
- N. 223 E – Redação da emenda apresentada em 3º discussão do projeto n. 223, deste ano, do Senado, que concede anistia, deste já, aos implicados nos movimentos revolucionários de Santa Catarina, Pág. 947.
- N. 232 – Declara que nas exclusões, de que trata o art. 9º do decreto n. 117 de 4 de novembro de 1892, não estão compreendidos os empregados da Inspetoria Geral das Obras Públicas, reorganizada pelo decreto n. 406 de 17 de maio de 1890. Pág. 459.
- N. 233 – Autoriza o Poder executivo a abrir, no corrente exercício, um crédito extraordinário de £ 28 875-0-0, ao câmbio de 27 d. por 1\$ para o pagamento dos juros devido à Ceará Harbour Corporations, do capital empregado nas obras do porto do Ceará; e a fazer as operações de crédito necessárias. Pág. 474.
- N. 234 – Concede a D. Ermelinda Marcionilla Campello Lessa, viúva do major reformado Antônio Lessa, uma pensão anual igual ao meio soldo que já percebe. Pág. 475.
- N. 235 – Isenta do pagamento de direitos aduaneiros e fretes da Estrada de Ferro Central do Brasil os materiais destinados à canalização de águas e esgotos das cidades de Leopoldina, Oliveira e Juiz de Fora, da povoação da estação de Pouso Alto, do Curvelo, Itajubá e Vargem

Grande, no estado de Minas Gerais e da cidade de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, e a construção do edifício da Praça do Comércio do Pará. Pág. 472.

N. 237 A – Parecer sobre as emendas apresentadas em 2º discussão do projeto de orçamento da despesa do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para o exercício de 1894. Pág. 735.

N. 237 B - redação para a 3º discussão das emendas feitas e aprovadas pela Câmara dos Deputados à proposta do governo que fixa a despesa do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para o exercício de 1894. Pág. 988.

N. 265 A – Manda incluir no cálculo do tempo de serviço para a jubilação do Dr. João Damasceno Peçanha da Silva o em que serviu como aluno pensionista do Hospital Militar e como cirurgião do Corpo de Saúde do Exército. Pág. 903.

Projetos:

N. 67, do Senado – Marca os vencimentos dos escrivães do juízo seccional no Distrito Federal e nos estados. Pág. 820.

N. 10 (Privilegio para estradas de ferro). Pág. 454.

N. 13, alfandega de Porto Alegre. Pág. 977.

N. 25 – As disposições do decreto legislativo n. 18 de 1 de outubro de 1891 ficam extensivas a todos os oficiais do exército reformado, de acordo com o decreto n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890, voluntaria ou compulsoriamente, antes da sua promulgação. Pág. 454.

N. 36 de 1893 – Opina no sentido de ser concedida a Geraldo Caetano dos Santos, escrivão da Câmara Criminal da Corte de Apelação, uma pensão equivalente à terça parte da lotação da lotação do seu ofício extinto, e declina da competência da comissão para oferecer projeto sobre o assumpto. Pág. 143.

N. 40 de 1893 – Entendendo que nada mais há a resolver sobre a liberdade religiosa, objeto da representação da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Pág. 53.

N. 41 de 1893 – Indefere a partição de D. Gertudos Emília de Bittencourt, viúva e filha do falecido major graduado do corpo de estado – maior de 2ª classe Francisco da Cunha Bittencourt. Pág. 87.

N. 42, de 1893 – Concede licença ao Sr. Deputado Dr. Aristides Maia para retirar-se desta capital, a fim de tratar de sua saúde. Pág. 139.

N. 43, de 1893 – Opina no sentido de ser ouvida a comissão de orçamento acerca do requerimento do Banco Militar das Classes Anexas, que se propõe a organizar uma empresa brasileira de navegação transatlântica. Pág. 138.

N. 44, de 1893 – Indefere o requerimento de Joaquim Francisco dos Santos, conferente aposentado da Alfandega do Pará, que pede melhoramento de aposentadoria. Pág. 235.

N. 45 – Preenchimento de oficiais no exército. Pág. 977.

N. 46, de 1893 – Sobre trabalhadores nacionais e estrangeiros. Pág. 54.

N. 48 – Aprova as eleições procedidas no estado de Pernambuco e reconhece deputado pelo mesmo estado o Sr. Ayres de Albuquerque Bello. Pág. 499.

N. 49 – Concede licença ao deputado Dr. João Thomaz Carvalhal para estar ausente por motivo de moléstia, até seu completo restabelecimento. Pág. 499.

N. 50 – Determina que as sessões noturnas funcionem com um quarto do número total de deputados. Pág. 642.

N. 51 – Dá regulamento à secretaria da Câmara dos Deputados, cria um lugar de oficial e aumenta os vencimentos dos empregados subalternos da mesma secretaria. Pág. 670.

N. 52 – Cria um consulado simples na cidade de Posadas, Capital do Território Nacional, na República Argentina, e autoriza o governo a abrir um crédito necessário. Pág. 820.

N. 54, de 1893 – Sobre aposentadorias. Pág. 56.

N. 58 – Subsídio e ajuda de custo a que têm direito os senadores e deputados na próxima legislatura. Pág. 300.

N. 76 de 1893 – Pensão à viúva do Dr. José Firmino Velez. Pág. 141.

- N. 77 de 1893 – Reorganiza o estado-maior do exército. Pág. 192.
- N. 82 – Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Pág. 715.
- N. 86 de 1893 – Concede além de outros favores, o auxílio de 150:000\$ para a reconstrução do Liceu de Artes e Ofícios da Capital Federal, que será entregue à Sociedade Propagadora das Belas Artes pelo modo que estabelece. Pág. 58.
- N. 103 – Pensão a D. Georgina Cockrane de Alencar. Pág. 161.
- N. 125 de 1893 – Licença a Antônio da Silva Netto. Pág. 88.
- N. 129 – Pensão a D. Maria Augusta Ferreira de Souza. Pág. 117.
- N. 133 – Uniformiza os vencimentos dos empregados das secretarias de Estado da administração federal. Pág. 681.
- N. 138 – Relevando a prescrição em que incorreu D. Olympio Victor Baptista, e autorizando o Poder Executivo a mandar pagar-lhe a importância do meio soldo da patente do seu falecido pai o alferes Francisco Victor Baptista, correspondente ao período decorrido de 10 de maio de 1867, data do falecimento deste, a 24 de agosto de 1892, data do julgamento de sua habilitação. Pág. 466.
- N. 148 – Pensão a D. Carolina Maria de Jesus. Pág. 301.
- N. 149 de 1893 – Pensão a favor da viúva e filhos do desembargador Antônio Luiz Affonso de Carvalho. Pág. 89.
- N. 150 – Pensão a D. Maria Carolina de Araujo Gondin. Pág. 117.
- N. 160 de 1893 – Crédito de 955:125\$106. Pág. 115.
- N. 168 – Crea nesta cidade um instituto comercial e lhe dá organização. Pág. 688.
- N. 180 – Pensão ao Dr. Vicente Moretti Foggia. Pág. 613.
- N. 181 – Do Senado marca os casos e modo da revisão dos processos proferidos por crimes militares. Pág. 821.
- N. 188 – Licença a Francisco Paulino de Figueiredo. Pág. 678.
- N. 189 – Pensão da D. Eliza Augusta da Silveira Galvão. Pág. 678.
- N. 190 – Relevando a D. Idalina Alice de Menezes da quantia de 1:500\$000. Pág. 679.
- N. 193 de 1893 – Entende que não deve ser aprovado o projeto n. 37 de 1892, que declara contrárias ao art. 6º das Disposições Transitórias da Constituição da República as nomeações para a magistratura dos Estados feitos com exclusão dos magistrados existentes ao tempo da promulgação da mesma Constituição; concede a estes o direito de pedir ao Supremo Tribunal Federal a sua conservação nos lugares que exerciam e dá outras providências; com voto em separado. Pág. 59.
- N. 194 de 1893 – Fixa a despesa do Ministério dos Negócios da Guerra para o exercício de 1894.
- N. 195 de 1893 – Dispondo sobre a validade da hipoteca legal dos menores e interditos por simples inscrição. Pág. 26.
- N. 197 de 1893 – Autoriza o governo a aumentar de mais 30% não só os vencimentos dos mestres, contramestres e operários dos Arsenais de Marinha da Republica, compreendidos os empregados civis, como os empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil. Pág. 80.
- N. 198 – Pensão a D. Henriqueta Carolina Guimarães. Pág. 89.
- N. 199 – Autoriza o governo a abrir no corrente exercício pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de 50:000\$ para ajuda de custo do regresso da missão da China e outras despesas de natureza extraordinária. Pág. 117.
- N. 200 de 1893 – Autoriza o Poder Executivo a entender-se com o governo Paraguai sobre o tratado de 9 de fevereiro de 1872, na parte relativa às indenizações a que está obrigado a promover entre aquela nação e os interessados a negociação de um acordo que facilite ao Paraguai o pagamento de sua dívida. Pág. 119.
- N. 201 – Autorizando o Poder Executivo a conceder ao engenheiro Chrocka de Sá, a companhia que organizar ou a quem maiores vantagens oferecer a concessão, uso e gozo de uma estrada de ferro de Pesqueira, em Pernambuco, à Santa Maria do Araguaia, em Goiás, segundo as condições e os favores que estabelece. Pág. 141.

- N. 202 – Concede a Geraldo Caetano dos Santos, ex-escrivão da Câmara Criminal da Corte de Apelação, a pensão de 1:200\$ anuais. Pág. 142.
- N. 203 de 1893 – Autoriza o governo a contratar com os Drs. Guilherme de Meireles Vianna e Jovino Rodrigues de Moraes Jardim, ou a companhia que organizaram, ou quem melhores vantagens oferecer, a construção de uma estrada de ferro de bitola estreita, ligando as bacias dos rios de S. Francisco e Tocantins, segundo as condições e os favores que estabelece. Pág. 143.
- N. 204 de 1893 – Autoriza o governo a validar os exames prestados no Seminário de S. José desta Capital por Antero Olympio de Siqueira, a fim de matricular-se em qualquer instituto oficial de instrução superior. Pág. 144.
- N. 205 A – Concede licença por um ano, sem vencimentos, a Manoel Marques Perdigão, vedor da Casa de Correção da Capital Federal. Pág. 407.
- N. 206 de 1893 – Orçamento de Fazenda para o exercício de 1891. Pág. 195.
- N. 207 de 1893 – Dispõe sobre a execução do art. 9º § 3º da Constituição Federal. Pág. 474.
- N. 208 de 1893 – Concede isenção de direitos aduaneiros aos materiais destinados às obras do abastecimento de água de esgotos da cidade de Macaé, no estado do Rio de Janeiro. Pág. 174.
- N. 209 de 1893 – Define o direito dos autores sobre suas obras. Pág. 174.
- N. 210 de 1893 – Autorizando o Poder Executivo a alfandegar as mesas de rendas do Camocim e Aracati, no Estado do Ceará. Pág. 176.
- N. 211 de 1893 – Autoriza o Poder Executivo a manter na Escola de Minas de Ouro Preto o regime nela vigente quando ao ensino, ao processo de exames e julgamento dos mesmos. Pág. 176.
- N. 211 – Julga não dever ser adoptado por desnecessário o projeto n. 211, deste ano, que autoriza o Poder Executivo a manter na Escola de Minas de Ouro Preto o regime nela vigente quanto ao ensino, ao processo de exames e julgamento do mesmo. Pág. 642.
- N. 212 de 1893 – Comina a pena de seis meses a dois anos de prisão aos pais, mães, tutores que confiarem seus filhos, pupilos ou aprendizes, de menos de 16 anos, a vagabundos ou mendigos. Pág. 177.
- N. 213 de 1893 – Estabelece o uso de uma insígnia pelo Presidente da República nas cerimonias oficiais, autoriza a organização da casa militar do Presidente da República e mandar abonar para despesas de representação a quantia de 12:000\$ anuais a cada um dos vice-presidentes do Senado e presidente da Câmara dos Deputados. Pág. 177.
- N. 214 de 1893 – Concede à viúva do Dr. Antônio da Cruz Cordeiro Junior a pensão anual de 2:400\$000. Pág. 179.
- N. 215 – Autorizando o governo a conceder ao Dr. José Antônio Pedreira Magalhães Castro, lente catedrático da Escola Naval, um ano de licença sem ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier, com voto em separado. Pág. 242.
- N. 216 – Dispõe que o soldo que percebe o 2º tenente reformado do exército Joaquim Luiz Manoel e Jesus seja pago pela tabela vigente. Pág. 243.
- N. 217 – Autoriza o Poder Executivo a apresentar o Dr. Antonio Martins Pinheiro no cargo de ajudante da Inspetoria Geral de Saúde dos Portos. Pág. 278.
- N. 219 – Autoriza o governo a inovar o contrato de que é cessionária a Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão, segundo as bases que apresenta. Pág. 304.
- N. 220 – Concede a D. Theodolina da Matta Gomes e Silva a reversão da pensão que percebia sua finada mãe, viúva do capitão de voluntários da pátria Francisca Coelho Gomes, morto na campanha do Paraguai. Pág. 305.
- N. 221 – Manda computar na antiguidade de posto ao alferes Aristides Augusto Villas Boas o período decorrido de 27 de agosto de 1888 a 25 de novembro de 1885. Pág. 305.
- N. 222 – Autoriza o governo a conceder ao exercei-o da extinta Tesouraria de Pernambuco Alexandrino Alves de Mendonça, aposentadoria com o vencimento correspondente ao tempo de 10 anos de efetivo serviço. Pág. 306.

- N. 224 – Autoriza o governo a conceder ao professor Jeronimo Queiroz uma mensalidade de 200\$, ouro, por quatro anos, a fim de aperfeiçoar-se na Europa no estudo da música. Pág. 237.
- N. 325 – Autoriza o governo a conceder ao cabo de esquadra reformado Amaro da Costa Soares uma pensão de 1\$ diários sem prejuízo do respectivo soldo. Pág. 238.
- N. 226 – Concede ao Dr. João Silveira de Souza, lente jubilado da Faculdade do Recife, melhoramento de sua jubilação. Pág. 238.
- N. 227 – Autoriza o governo a abrir, no corrente exercício, o crédito extraordinário de 265:980\$ para ocorrer às despesas da Diretoria Sanitária do Laboratório Bacteriológico e dos hospitais de isolamento. Pág. 406.
- N. 228 – Autoriza o governo a conceder ao bacharel João Francisco Poggi de Figueiredo, juiz seccional do Amazonas, um ano de licença, sem ordenado, para tratar de sua saúde, onde lhe convier, com voto em separado. Pág. 408.
- N. 229 – Autoriza o governo a conceder um ano de licença, com ordenado, ao bacharel Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, auditor de guerra do 5º distrito militar, a fim de tratar de sua saúde onde lhe convier. Pág. 409.
- N. 230 – Autoriza o governo a conceder a D. Maria Lins Velloso da Silveira, filha do falecido capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, a pensão de 100\$ mensais. Pág. 409.
- N. 231 – Eleva a 100\$ mensais a pensão de que goza D. Constança Leopoldina de Albuquerque. Pág. 410.
- N. 236 – Autoriza o governo a ceder gratuitamente à irmandade do SS. Sacramento da Candelária da Capital Federal o terreno necessário na Quinta da Boa Vista, junto à estação de Mangueira, da Estrada de Ferro Central no Brasil, para a construção do asilo primeiro e profissional para ambos os sexos. Pág. 474.
- N. 237 – Fixa a despesa do Ministério a Indústria, Viação e Obras Públicas para exercício de 1894. Pág. 499.
- N. 238 – Do Senado eleva à categoria de alfandega a Mesa de Rendas de Caravelas, no Estado da Bahia. Pág. 879.
- N. 239 – Autoriza o governo a equiparar os vencimentos das praças da brigada de artífices, embarcadas nos navios de guerra, aos de suas respectivas classes do quadro efetivo do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Pág. 486.
- N. 240 – Autoriza o governo a promover nesta capital e no ano de 1900, quarto centenário do descobrimento do Brasil, uma exposição continental, para a qual serão convidados todos os povos americanos. Pág. 486.
- N. 241 – Manda levantar na cidade de Porto Alegre um monumento ao marechal José Antônio Corrêa da Câmara, Visconde de Pelotas. Pág. 486.
- N. 242 – Dispõe que sejam dissolvidos todos os batalhões e corpos de caráter militar, constituídos, sem autorização legal, com elementos civis, em qualquer ponto da União. Pág. 487.
- N. 243 – Determina que tenham baixa do serviço exército e da armada, imediatamente após a promulgação da presente lei, todas as praças recrutadas depois de 24 de fevereiro de 1891. Pág. 486.
- N. 244 – Autoriza o governo a despendar anualmente 2:520\$ para a equiparação dos vencimentos dos empregados do hospital de Andaraí com os do Castelo. Pág. 487.
- N. 245 – Autoriza o Poder Executivo, desde já, a estabelecer uma administração provisória na zona federal demarcada no planalto central da Republica e destinada para a futura capital da União. Pág. 484.
- N. 246 – Aumenta, na proporção que estabelece, os vencimentos dos funcionários federais inferiores a 6:000\$ anuais, até que o câmbio atinja a taxa de 17 d. por 1\$, e nela cu em superior se conserve durante seus meses. Pág. 487.
- N. 247 – Autoriza o Poder Executivo a dar imediata execução ao art. 443 do regulamento aprovado por decreto n. 1232 H, de 2 de janeiro de 1891, que manda substituir os cursos

- anexos das Faculdades de Direito do Recife e S. Paulo por estabelecimentos de ensino secundário integral, segundo o plano do Ginásio Nacional. Pág. 487.
- N. 248 – Declara crimes militares a tentativa de rebelião e a revolta armada contra as autoridades constituídas e determinada que corra o processo pela jurisdição militar desde a denúncia até à pronuncia. Pág. 488.
- N. 249 – Autoriza o governo a conceder, em prorrogação, a Antônio José Fernandes de Oliveira, chefe de secção da Biblioteca Nacional, seis meses de licença com o ordenado respectivo, para tratar de sua saúde onde lhe convier. Pág. 518.
- N. 250 – Substituo o Código Penal publicado pelo decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890.
- N. 251 – Concede a pensão de 100\$ mensais repartidamente em favor dos filhos menores de D. Isaura Carolina Amado Caldas e do falecido 1º tenente da armada Henrique Francisco Caldas. Pág. 618.
- N. 253 – Aprova o tratado de comércio e navegação assignado em 10 de outubro de 1891 entre o governo do Brasil e o da República do Peru; autoriza a criação e classificação de uma alfandega mista em Tabatinga e providencia quanto ao provimento dos respectivos lugares. Pág. 643.
- N. 254 – Autoriza o Poder Executivo a mandar pagar a D. Eulália da Silveira Niemeyer e suas duas filhas solteiras, viúva e filhas do falecido capitão João Conrado de Niemeyer, da data desta lei em diante, o meio soldo e pensão que percebe, pela tabela atual. Pág. 646.
- N. 255 de 1893 – Concede a D. Eulália Mendes Cortez, viúva do capitão de fragata Manoel de Araujo Cortez, uma pensão igual ao meio soldo que atualmente percebe. Pág. 689.
- N. 257 – Dá o plano de Viação Federal da Republica (Redução para 3º discussão dos projetos ns. 161, 162 e 163, que em virtude de resolução da Câmara foram enviadas à comissão especial para fundi-los em um só e completar o plano de viação). Pág. 728.
- N. 258 – Concede a D. Carlota da Silva Maia Rodrigues, viúva do coronel Manoel Antônio Rodrigues Junior, uma pensão anual de 960\$000. Pág. 730.
- N. 259 – Declara que a antiguidade do posto de alferes de João José da Luz, hoje capitão do 10º regimento de cavalaria, deve ser contada de 18 de janeiro de 1868. Pág. 731.
- N. 260 – Concerne a D. Mariza Rodrigues Cabral, filha do capitão José Carlos Cabral, morto na guerra contra o Paraguai uma pensão anual de 848\$, independente do meio-soldo que percebe. Pág. 732.
- N. 261 – Releva o Gabinete Português de Leitura do pagamento da dívida de 9:319\$800, proveniente do imposto predial do edifício em que funciona na Capital Federal. Pág. 732.
- N. 262 – Orçamento geral da Receita para o exercício de 1894. Pág. 787.
- N. 263 – Emenda substitutiva do Senado ao projeto n. 138 A, de 1892, desta Câmara, dispondo sobre emissão ilegal de títulos ao portador e sua repressão. Pág. 822.
- N. 265 - redação para 3º discussão da emenda feita pela Câmara dos Deputados ao projeto do Senado n. 223 deste ano, que concede, desde já, anistia a todas as pessoas direta ou indiretamente implicadas nos movimentos revolucionários, que deram lugar às deposições de autoridades no estado de Santa Catarina, durante os meses de julho a agosto do corrente ano. Pág. 903.
- N. 267, Senado – Aprova, com modificações, o código das disposições comuns às instituições de ensino superior, decretado pelo governo, sob o n. 1159, de 3 dezembro de 1892. Pág. 870.
- N. 270 – Manda incluir na aposentadoria concedida ao tesoureiro da tesouraria de fazenda de Sergipe Odorico Antônio Pereira Barreto o tempo que serviu como administrador da mesa de rendas provinciais da Estancia. Pág. 871.
- N. 271 – Emendas do Senado ao projeto n. 192 P 2, de 1892 desta Câmara sobre obras do porto de Jaraguá, no estado das Alagoas. Pág. 871.
- N. 272 – Garante a pensão assegurada pelo art. 31 do regulamento aprovado por decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, a D. Rosa Sanches de Souza Carneiro, D. Anna de Aguiar Prado e D. Thereza Angélica de Souza, independente da obrigação estabelecida pelo § 1º do art. 14 do mesmo regulamento. Pág. 872.

- N. 273 – Autoriza o governo a conceder ao engenheiro civil Octaviano Pinto a construção, uso e gozo, durante 50 anos, das obras para melhoramento do porto de Belém, no Estado do Pará. Pará. Pág. 872.
- N. 274 – Autoriza o governo a alterar o traçado, já aprovado na 1ª secção da Estrada de Ferro Central Alagoana até à cidade de S. Miguel, mantido dali em diante o da concessão de 8 de novembro de 1890, de acordo com o plano geral de viação. Pág. 873.
- N. 275 – Emenda do Senado substitutiva do projeto n. 203 E, de 1892, desta Câmara, que reorganiza o serviço do Correio Federal. Pág. 875.
- N. 276 – Pensão a D. Maria de Mesquita Ribeiro. Pág. 904.
- N. 277 – Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito necessário para pagamento dos vencimentos aos empregados da Secretaria da Câmara dos Deputados, em virtude da resolução da mesma Câmara de 28 de agosto do corrente ano, sendo: 12:933\$333 para o exercício corrente e 38:000\$ para o exercício de 1894. Pág. 905.
- N. 278 – Concede a D. Amélia Fausto de Souza, viúva do coronel Augusto Fausto de Souza, e a seus quatro filhos menores, repartidamente, uma pensão mensal de 50\$000. Pág. 906.
- N. 279 – Manda que continuem a ser pagos a D. Mathilde de Accioli Lins, desde 1 de julho de 1892, o montepio e meio-soldo de seu falecido filho o alferes Sebastião Carlos de Accioli Lins. Pág. 906.
- N. 280 – Concede a D. Sabina de Faria Ribeiro da Silva, viúva do capitão de artilharia bacharel João Ribeiro da Silva Junior, uma pensão de 60\$000 mensais. Pág. 907.
- N. 281 – Prorroga a atual sessão legislativa até o dia 15 de setembro do próximo futuro. Pág. 887.
- N. 282 – Manda considerar a reforma do tenente-coronel Antônio Augusto Nogueira de Baumann no posto de tenente-coronel com a graduação de coronel, para todos os efeitos. Pág. 947.
- N. 283 – Concede a D. Juliana Morel Garcez Palha, viúva do tenente do exército Diogo Garcez Palha, a pensão anual de 960\$000, Pág. 943.
- N. 284 – Concede a D. Maria da Conceição Albuquerque Cavalcante de Campos Mello, viúva do conselheiro Antônio Manoel de Campos Mello, uma pensão mensal de 100\$000. Pág. 947.
- N. 285 – Concede a D. Francisca Cândida de Guimarães Macedo do major reformado do exército Francisco Antônio de Paula Macedo, uma pensão de 60\$ mensais. Pág. 948.
- N. 286 – Autoriza o Poder Executivo a criar, desde já, três escolas de agricultura, nos estados do Maranhão, Sergipe e Paraná, segundo o plano que estabelece. Pág. 960.
- N. 287 – Eleva de 40% os vencimentos do pessoal da Secretaria da Inspeção Geral do Serviço Sanitário do Exército. Pág. 962.
- N. 288 – Reverte, repartidamente, à viúva e filhas do falecido marechal Visconde de Pelotas a pensão que este percebia. Pág. 962.
- N. 289 – Concede à Maçonaria Brasileira o direito de pedir desapropriação, por utilidade pública nos termos da legislação em vigor. Pág. 962.
- N. 290 – Concede uma pensão de 100\$ mensais a D. Umbelina Araripe Cavalcanti de Albuquerque, viúva do oficial honorário do exército, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Pág. 962.
- N. 291 – Eleva a 75\$ o meio soldo que percebe D. Carolina Monteiro Esteves, viúva do capitão Candido Leopoldo Esteves. Pág. 963.
- N. 292 – Regula o art. 80 da Constituição. Pág. 963.
- N. 293 – Eleva de 40% os vencimentos dos empregados da Casa da Correção desta Capital. Pág. 965.
- N. 294 – Dispõe sobre a contribuição de auxílios por parte da União para fundação de núcleos coloniais modelos e a organização do trabalho agrícola nos estados que, para esse fim, quiserem fornecer as terras necessárias. Pág. 965.

- N. 295 – Autoriza o governo a contratar com quem melhores vantagens oferecer, o serviço de navegação dos portos de S. Francisco e Amarante, no rio Parnaíba, ao da Tutoya, no estado do Maranhão, nas condições e com as escalas que estabelece. Pág. 968.
- N. 296 – Autoriza o governo a mandar prolongar a linha do estado do Maranhão até a cidade de Boa Vista, no estado de Goiás, podendo gastar com este serviço até à quantia de 200:000\$000. Pág. 968.
- N. 297 – Eleva de 30% os vencimentos dos empregados civis dos Arsenais de Guerra dos estados da Bahia, Pernambuco e Pará. Pág. 969.
- N. 298 - Concede ao juiz substituto seccional do Piauí, bacharel Raymundo Lustosa Nogueira, três meses de licença com ordenado, em prorrogação da em que se acha. Pág. 969.
- N. 299 – Declara que a reforma do alferes honorário do exército Sotero Joaquim de Almeida é no posto de alferes com o soldo deste posto pela tabela que vigorava em 1875. Pág. 992.

Representações:

Do Apostolado Positivista da Capital Federal. Pág. 171.

- Senhores membros do Congresso Nacional.

Posteriormente, dando-se o facto de ter a prefeitura do Distrito Federal dado em garantia de um empréstimo de dez mil apólices de 1:000\$ a renda do imposto predial e, na hipótese de ser este insuficiente, a quinta parte de todas as rendas municipais, novas razões se vieram juntar as que tinham levado a sociedade a fazer o seu protesto.

E como se trata de um contrato aprovado por decreto legislativo, a Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro vem tudo submeter à apreciação do Congresso Nacional, no qual tem a mais alta garantia do seu direito.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1893. – Arthur Alvim. Pág. 266.

Requerimentos:

- Requeiro que, por intermédio da Secretaria da Indústria e Viação, se peçam ao governo informações sobre as providencias que tomou no sentido de dar execução ao disposto no n. XIV do art. 6º da lei n. 126 B, de 1892.

Sala das sessões, 2 de agosto de 1893 – Demétrio Ribeiro. Pág. 27.

- Requerimento que, sobre o projeto n. 151, do corrente ano, seja ouvida a comissão especial nomeada para oferecer um plano geral de isenção de impostos em favor das indústrias, a fim de apresentar seu parecer ou o plano que houver combinado.

S. R. – Sala das sessões, 5 de agosto de 1893 – Homero Baptista. Pág. 133.

- Requerimento que se solicite do governo, com urgência, as seguintes informações:

1º, que motivos determinam a continuação telegráfica para o Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das sessões, 8 de agosto de 1893 – Seabra. Pág. 173.

- Requeiro que o projeto 108 vá à comissão de constituição, legislação e justiça, para interpor o seu parecer.

Sala das sessões, 8 de agosto de 1893. – Montenegro. Pág. 183.

- Requeiro que o projeto n. 108, deste ano, seja submetido à comissão de constituição, legislação e justiça e igualmente à de orçamento, visto importar em grande ônus para o Tesouro;

Sala das sessões, 8 de agosto de 1893 – José Bevilaqua. Pág. 189.

- Requeremos que, por intermédio de ministério da justiça, se requirite do governo cópia do inquérito em que se baseou o chefe de polícia do Distrito Federal para proibir o funcionamento dos clubes atléticos, denominados frontões, desta Capital.

Sala das sessões, 9 de agosto de 1893 – Almeida Nogueira – Francisco de Mattos. Pág. 229.

- Requeiro que se solicite do Poder Executivo pela secretaria respectiva as seguintes informações:

1ª Cópia do ofício ou mensagem dirigido ao Supremo Tribunal Federal, concernente ao pedido de habeas corpus em favor dos presos civis, vindos a bordo do Júpiter.

2ª Indicação dos motivos que teve o governo para não atender à requisição do Supremo Tribunal Federal, no sentido de lhe serem apresentados os indivíduos nacionais e estrangeiros, que foram presos a bordo do referido vapor.

Sala das sessões, 9 de agosto de 1893. – J. de Serpa. Pág. 232.

- Requeiro que o projeto n. 39 B volte à respectiva comissão para redigi-lo conforme o vencido.

Sala das sessões, 11 de agosto de 1893 – Leite Oiticica. Pág. 283.

- Requeiro que o crédito pedido pela comissão de diplomacia e tratados, para o Ministério do Exterior, vá à comissão de orçamento.

Sala das comissões, 11 de agosto de 1893. – Seabra. Pág. 295.

- Requeiro que se consulte à Câmara sobre a separação das emendas aditivas ao projeto n. 12, a fim de serem redigidas em projetos separados, para terem discussão especial, que é determinada pelo art. 131 do regimento.

Sala das sessões, 16 de agosto de 1893 – França Carvalho. Pág. 379.

- Requeremos que na acta de nossas sessões se insira um voto de pesar pelo falecimento do benemérito marechal Câmara, e que se dê ciência à sua família da resolução adoptada.

Sala das sessões, 18 de agosto de 1893 – Santos Pereira – André Cavalcante – Costa – Cesar Zama – Rodrigues – Azeredo Francisco de Mattos – Torquato Moreira – Mursa – Paula Guimarães – Barão de São Marcos – G. Pires – Montenegro – Oliveira Pinto – Augusto de Freitas – Belarmino de Mendonça – Rodolpho Abreu – J. de Serpa – F. Sodré – Retumba. Pág. 464.

- Requeiro que o projeto n. 155 vá à comissão de orçamento para interpor seu parecer.

Sala das sessões, 24 de agosto de 1893. – A. Montenegro. Pág. 721.

- Requeiro que o projeto n. 141 vá à comissão de orçamento para interpor seu parecer.

Sala das sessões, 24 de agosto de 1893. – A. Montenegro. Pág. 722.

Requeiro que o projeto n. 157 vá à comissão de orçamento para interpor seu parecer. Sala das sessões, 24 de agosto de 1893 – A. Montenegro. Pág. 722.

- Requeremos que a Câmara se constitua em comissão geral e sessão secreta, sendo convidado o respectivo secretario dos negócios da fazenda, a fim de ser ouvido a respeito dos meios de debelar o déficit orçamentário, suspensa a discussão do orçamento da receita.

Sala das sessões, 28 de agosto de 1893 – Alberto Brandão – Belarmino de Mendonça – Seabra. – Jacques Ourique. – J. Retumba. Pág. 830.

- Requeiro que o projeto n. 262 volte à comissão de orçamento para que ela proponha as medidas tendentes o debelar a nossa crise financeira.

Sala das sessões, 29 de agosto de 1893. – Espirito Santo. Pág. 913.

Telegrama:

Do comércio do Estado de Santa Catarina de 4 de agosto. Pág. 114.

Desterro, 8 – Câmara dos Deputados – Rio. Abriu-se ontem a assembleia legislativa deste estado. Saúdo-vos – Francisco de Salles Brasil, presidente – João Nepomuceno Costa. 1º secretario – Ricardo Martins Barbosa, 2º secretaria. Pág. 229.

Curitiba – Presidente da Câmara dos Deputados – Rio.

Foi hoje solenemente instalado o congresso legislativo.

O primeiro vice-governador, Dr. Vicente Machado, leu a mensagem em que aprecia os motivos que justificam a actual reunião do congresso em sessão extraordinária.

Para membros da mesa efetiva foram eleitos Manoel José de Faria e Albuquerque, presidente; padre Alberto José Gonçalves e Beduíno de Almeida Taques, primeiro e segundo vice-presidentes: José Corrêa de Freitas, primeiro secretário; Octavio Ferreira do Amaral Silva, segundo dito; José Carvalho de Oliveira, terceiro dito e Arsênio Gonçalves Cordeiro, quatro dito. – José Correia, 1º secretário. Pág. 448.

Curitiba, 18 – Câmara dos Deputados – Rio.

Continuando o comércio deste Estado a lutar com dificuldades, visto a falta de pagamento aos fornecedores de imigrantes do Valle de Iguaçu e Rio Negro, durante o exercício de 1893, cujos gastos orçam em 438:000\$, vem esta associação comercial, esposando uma causa justa e urgente e urgente, pedir ao Congresso Federal que inclua no orçamento a verba para tal pagamento – José Machado, presidente – Sebastião Lobo, secretário. Pág. 479.

Do Centro Caixeiral do Maranhão. Pág. 851.